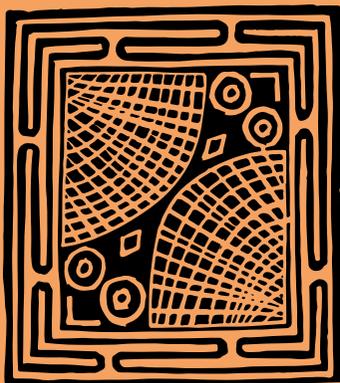


# CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Nº 20/2020

Ensino à distância como  
armadilha perfeita



NUER / UFSC

2020

## CADERNOS TEXTOS E DEBATES

### Números Anteriores

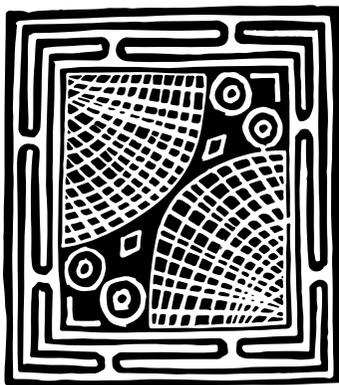
- 01 Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade e segregação
- 02 Terras e territórios de negros no Brasil
- 03 Identidades étnicas no sul do Brasil
- 04 Laudos periciais antropológicos
- 05 Negritude e auto-estima
- 06 Quilombo: fontes bibliográficas
- 07 Os quilombos do Brasil: questões conceituais e normativas
- 08 O direito constitucional de propriedade das comunidades remanescentes de quilombo
- 09 Laudos antropológicos: carta de Ponta das Canas
- 10 Capoeira na universidade
- 11 Saúde pública e ações afirmativas
- 12 Etnicidade e gênero
- 13 Línguas atuais faladas em Angola: entrevista com Daniel Perez Sassuco
- 14 Diálogos com Moçambique
- 15 Ações Afirmativas, Cotas e Formação Universitária
- 16 Expressões Culturais Afro-Brasileiras: Literatura e Musicalidade
- 17 Direitos Humanos, Racismo e Lutas Identitárias Afro-Brasileiras
- 18 Guerreiro Ramos e a arte negra
- 19 Arte afro-latina



# CADERNOS TEXTOS E DEBATES

Nº 20/2020

Ensino à distância como  
armadilha perfeita



NUER - NÚCLEO DE ESTUDOS DE IDENTIDADES  
E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

2020



## Catlogação na fonte por NUPPE

Cadernos Textos e Debates / Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas. Número 20 (2020) - Florianópolis: UFSC/NUER, 2020, 50 p.

ISSN 2526-981X

1. Antropologia 2. Periódico 3. Universidade Federal de Santa Catarina

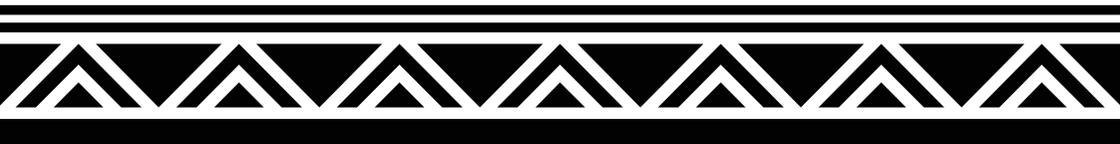
Revisão: Charlott Eloize

Ilustração: African Design

Projeto Gráfico: Cainã Margarida

Diagramação: Thabata J. B. Pinheiro

Apoio: Núcleo de Publicações do CFH/UFSC - NUPPE



# CADERNOS TEXTOS E DEBATES

N. 20, 2020

PERIODICIDADE SEMESTRAL

## Comissão Editorial

**Diana Brown** – Bard College, New York, EUA

**Douglas Ladik Antunes** – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis SC, Brasil

**Frank Milton Marcon** – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju/SE, Brasil

**José Bento Rosa da Silva** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil

**Oswaldo Martins de Oliveira** – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, Brasil

**Pedro Martins** – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

**Ricardo Cid Fernandes** – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil

**Rosa Elizabeth Acevedo Marin** – Universidade Federal do Pará, Belém/PA, Brasil

## Editora responsável e organizadora deste número:

Ilka Boaventura Leite

Endereço: Campus Universitário. Trindade. Florianópolis/SC, Brasil.

CEP 88040- 900

E-mail: [nuer.ufsc@gmail.com](mailto:nuer.ufsc@gmail.com)

<http://www.nuer.ufsc.br>



## Ensino à distância como armadilha perfeita

Adriano Castorino<sup>1</sup>  
adriano.castorino@uft.edu.br

### 1 – Sistemas de máquinas e lógicas de mercado

No ano de 1999, no limiar de uma mudança de era, o filme *Matrix*, de Lilly e Lana Wachowski, traz uma narrativa um tanto quanto impactante. O filme, em linhas gerais, apresenta alguns tópicos que incisivamente questionavam a sociedade informatizada que naquele momento já se anunciava. Esse assunto agora retorna com força no contexto da pandemia, conforme anúncio da Organização Mundial da Saúde – OMS, para todos os países (<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>) em que as atividades de ensino lançam mão das tecnologias como ferramenta

---

<sup>1</sup> Aqui, nesta pequena nota, vou me apresentar um pouco e contar sobre a feitura deste texto. Bom, meu nome é Adriano Castorino, moro e trabalho em Palmas, capital do estado do Tocantins. Sou professor, trabalho com educação a distância, desde 2009, na Universidade Federal do Tocantins - UFT, na Diretoria de Tecnologias Educacionais, uma instância da UFT que abriga os cursos ofertados pela Universidade Aberta do Brasil - UAB. Entrei na UFT em 2005 e desde então tenho me dedicado a inclusão de estudantes indígenas e quilombolas nos cursos de graduação e pós-graduação da UFT. Nesse momento estou em estágio de pós doutoramento, 2019/2020, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sob a orientação e supervisão da Professora Ilka Boaventura Leite, coordenadora do Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas - NUER. Assim, este texto é fruto de um intenso diálogo, iniciado ainda 2019 quando ingresso no estágio. Desde então estamos conversando, lendo, ouvindo estudantes, sobre os modelos de ensino, modelos de aprendizagem, sempre com o foco nos estudantes indígenas e quilombolas. Nesse ano de 2020, no entanto, o cenário mudou tanto com a Pandemia de Covid 19, que parte do nosso diálogo se voltou também para os efeitos da guinada massiva das atividades educativas rumo aos modelos de educação a distância. Portanto, esse texto resulta da colaboração, incentivo, revisão de Ilka Boaventura Leite, a quem agradeço a delicadeza, sensibilidade e firmeza.

principal/meio de trabalho. O uso desses recursos tecnológicos já vinha sendo massificado e com este contexto de pandemia, cujos os efeitos são tão catastróficos como os narrados no filme *Matrix*, os recursos tecnológicos serão ainda mais protagonistas em quase todas as atividades humanas. Trago aqui esta lembrança para começar os argumentos que desejo apresentar neste texto: a) educação à distância e/ou educação remota e b) a armadilha da/na inovação tecnológica e c) educação e resistência.

Neste texto, por motivos de fluidez, apenas, tomo a palavra “professor” como uma entidade, um estamento em si, por isso, somente por isso, não o faço como marcação de gênero, nem como professor, no masculino, nem como se o termo abarcasse o gênero feminino. Faço esta ressalva porque o objetivo deste pequeno ensaio é apenas pensar um pouco sobre as armadilhas que se colocam na nossa frente como propaganda inovadora ou talvez, como única saída para tantas perguntas que temos, tanto de nossa época quanto de nossa prática docente. Também é necessário dizer, desde logo, que a compreensão aqui para a expressão *ciências humanas* é a seguinte: abrange todas áreas das humanidades, inclusive as chamadas ciências sociais aplicadas, letras e artes.

Pois bem, no filme *Matrix*, Morpheus, umas das personagens, magistralmente interpretada pelo brilhante ator Laurence Fishburne, fala para Neo (não por acaso), vivido também de modo brilhante pelo ator Keanu Reeves, sobre o deserto do real. Essa noção ou concepção é precedida de um pequeno diálogo entre os dois, num cenário branco com apenas duas poltronas e um aparelho de televisão. No diálogo, Morpheus diz com uma voz professoral: “O que é o real? Como você percebe o ‘real’? Se você está falando sobre o que você sente, o que você pode cheirar, o que você pode saborear e ver, assim, o real são simplesmente sinais elétricos interpretados pelo seu cérebro” (tradução minha).

Quero portanto, partir dessa frase, e também desse filme, para começar apresentar minhas ideias dentro do tópico que designei acima: educação à distância e ou remota. Então vejamos: no ensino remoto, por concepção, o conteúdo pode ser acessado desde um determinado espaço ou lugar, é possível realizar atividades ou experimentos, dar respostas e fazer aplicações. No ensino remoto o foco sai do processo de apresentação do conteúdo, da mediação pelo aplicativo ou plataforma, e passa para a finalidade do exercício ou atividade.

Assim, no ensino remoto ou atividade remota é possível, por exemplo, realizar uma cirurgia, em que o cirurgião esteja em São Paulo manipulando aparelhos e o paciente em Manaus, sendo que lá tenha um aparelho receptor dos comandos e um médico técnico, mesmo que não seja cirurgião. No ensino à distância, o foco está mais na dispensação de conteúdos, aulas, interação por plataformas e aplicativos e no ensino remoto o foco está mais no direcionamento, também à distância, de experimentos e exercícios.

Como essas duas modalidades de ensino e de aprendizagem se bifurcam, e acabam sendo consideradas uma dependente da outra, cria-se, não raro, uma lógica de ensino híbrido, em que todo ensino não presencial é necessariamente uma oferta de ensino à distância, com atividades remotas ou não. Portanto, nesse modelo híbrido de ensino parte das atividades tem uma interface virtual, uma parte é feita remotamente, algumas atividades presenciais e uma outra por educação à distância. Em alguns casos, não há atividades presenciais.

Assim, tenho de falar do artigo de Lucineia Alves (2011), no qual diz que há várias experiências em ensino por correspondência, que poderiam ser considerados como educação à distância. Alves também traz o conceito que foi implementado ainda no

primeiro mandato do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2005 pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Vou citar aqui o primeiro artigo deste decreto: “Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

Aqui temos o universo temporal, por assim dizer, do nascimento da Universidade Aberta do Brasil – UAB, que também é criada em 2005. O pressuposto da educação à distância, como política pública de educação é tida como a via de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. É bom lembrar que na década de 1990, a partir de 1995, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciou-se um programa de incentivo ao tele ensino, como ficaram conhecidas as experiências da então Secretaria de Educação a Distância. Na época, o ensino à distância era feito via aulas gravadas e transmitidas por sinal de televisão, via um satélite específico.

Essa modalidade ficou a cargo, sobretudo da iniciativa privada, tanto que virou uma modalidade de ensino vista como em franca expansão porque procurava abarcar o maior número de estudantes possíveis, mantendo apenas uma pequena estrutura. Qual não é o acaso, eis que no Tocantins, Estado resultado da separação do Estado de Goiás, em 1988, a Universidade do Tocantins, fundada como universidade pública, em 1996, passa por uma redefinição estatutária no início dos anos 2000. Essa modificação transforma a universidade estadual, que era pública, em instituição privada. Há muita mobilização de estudantes e de professores, cuja luta resulta não de uma volta da Unitins, mas da criação da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Hoje, a

Unitins voltou a ser universidade pública, novamente, ofertando cursos somente presenciais. Assim, há no Tocantins a UFT, federal, e a Unitins, estadual, como universidades públicas.

Enquanto instituição privada, Maria Z. Brito Maia (2009) relata que: “A Unitins através da autonomia didático-científica, conferida (...) iniciou sua expansão na modalidade educação à distância. Através de Resoluções, o Conselho Curador da Unitins autorizou a implantação e aprovou o Processo Seletivo do Concurso Vestibular, para o 1º semestre de 2005, dos cursos de Administração, Ciências Contábeis”. Assim, começa, no Tocantins, uma saga que explica muito o que se nota hoje no Brasil, um sem número de empresas como instituições de ensino que ofertam cursos a distância, em diversas áreas.

Deste modo, o que se deu com a Unitins é que entrou em parceria com uma outra entidade privada, e já em 2007, como nos conta Maia (2009), “A Unitins teve uma expansão pelo viés da EAD, saltando de 6.715 (2004/2) alunos matriculados nos cursos de graduação para 21.271 alunos (2005), 46.773 alunos (2006), e chegando a 101.834 alunos (2007/2). Nesse ano a Unitins estava presente em 1.128 cidades brasileiras nos 26 estados, os alunos distribuídos em 1.572 salas de aula”. A produção de aulas em larga escala é possível com o mínimo de professores, porque se trata de um modelo com base na automação, semelhante ao processo de robotização de uma fábrica.

Aqui se percebe, de modo rápido, como o mercado - isto é a ideia de lucros fáceis - toma conta de um pressuposto defensável que é a democratização do acesso ao ensino superior, e torna tanto a oferta quanto o ensino algo mercadológico, por isso, algo banal como uma mercadoria produzida em larga escala. Parte-se do pressuposto de que uma aula dada sobre filosofia na antiguidade

torna-se um módulo único e completo sobre o assunto a ser reproduzido como um produto, portanto ela se tornaria a aula de filosofia e não uma aula de filosofia. Assim, aquela forma de expor o assunto se torna única, não precisando de outro professor para tratar o assunto de uma forma diferente. Esta banalização positivista se torna uma matriz reprodutiva de todos os saberes nas Ciências Humanas. Ao invés de termos professores elaborando o assunto teremos apenas um, aquele que vai ser pago para tal. É bom sempre lembrar que quando uma mercadoria, conforme os ditames do mercado, é produzida em larga escala, o seu valor intrínseco é pequeno, logo seu valor de venda é barato.

Isso se aplica como uma luva ao mercado de ensino a distância no Brasil. No *site* da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED (<http://www.abed.org.br/site/pt/>) – é possível ter uma dimensão do tamanho deste mercado. A partir de uma olhada rápida nos preços cobrados por diversas empresas que oferecem esses serviços, é possível perceber como o grande número de vagas ofertadas produz um preço por unidade de matrícula muito baixo. Isso significa, principalmente, que os custos serão cobertos pela quantidade de vagas e não pelo valor unitário. Aqui já se vislumbra como é a concorrência nesse mercado, quanto mais vagas preenchidas, maior é a margem de lucros.

Um outro detalhe fundamental que ocorre neste mercado é a contratação de professores, quase sempre com modalidades de contrato por disciplina, ou contratos temporários, sendo que basta um professor por item curricular, mesmo que a oferta seja em todo território nacional. Nos polos, por sua vez, em cidades onde aquela instituição chega, há um tutor, que acaba funcionando como uma espécie de “*faz-de-tudo*”, sem funções claramente definidas porque atende aos clientes, estudantes, e cuida da administração do polo.

Mesmo no caso da UAB, que é gerida e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES –, não são contratados professores para atuarem nos cursos ofertados. Todos são bolsistas, recebem uma bolsa por módulo/disciplina, que normalmente dura dois meses. A diferença, em termos gerais, dos cursos ofertados pela UAB é que a oferta abrange normalmente a região da universidade parceira, neste caso, sempre universidades públicas (federais, estaduais e municipais).

Estes dois projetos de educação à distância, tanto o privado, explorado como mercado que vende mercadoria, quanto o público, tido como mais democratizante, possuem quase a mesma lógica: asseguram cursos para quem não pode pagar mensalidades, compartilham métodos de ensino e operam da mesma forma na contratação de pessoal. No setor privado, o investimento é enorme para que o uso de internet seja cada vez mais intensificado para que se diminua sempre a necessidade de encontros presenciais, isto significa menos despesas o que resulta em mais lucros.

No setor público, como é de praxe, é mais lenta a inserção de inovações porque as burocracias são mais complexas. Assim, o uso de software livre é uma condição primordial, tanto porque não há recursos quanto porque é um uso de tecnologia aberta. Por isso, o uso do *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment – Moodle*, desenvolvido por Martin Dougiamas, é quase unânime na UAB (<https://moodle.org/>). Como um software aberto, embora tenha uma excelente performance, este sistema traz algumas limitações, em especial se comparado aos que são utilizados por grandes redes de educação à distância, que, como eu disse antes, trava uma luta incessante por aumento de lucros e redução de despesas, o que leva ao desenvolvimento de sistemas cada vez mais autônomos. Nesse momento, como se fosse um prenúncio de um tempo ainda mais voraz, trago aqui uma reportagem

que nos dá conta de que uma rede de educação, privada, por óbvio, já substituiu professores, sem que os estudantes soubessem desse feito, por um software de inteligência artificial, eliminando, assim, totalmente a presença humana do processo de ensino ([https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/faculdades-da-laureate-substituem-professores-por-robos-sem-que-alunos-saibam.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/faculdades-da-laureate-substituem-professores-por-robos-sem-que-alunos-saibam.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)).

Pois bem, passado esse breve relato sobre os modelos de oferta de educação à distância, vou passar a olhar de modo mais focado no *Moodle*, que é um sistema muito utilizado na rede federal de ensino. Normalmente, é usado como página privada, cujo acesso é dado por senha, tanto de quem vai gerir a página quanto de quem irá acessar os conteúdos postados. Essa gestão de página é feita com um determinado perfil de edição, que pode ser como moderador, editor ou administrador. Sempre quem edita, modera e administra é a pessoa que oferta um determinado curso/disciplina. Os recursos são as ferramentas que se tem a disposição para organizar o curso/disciplina. Cada item da barra de recurso aponta para um determinado tipo de metodologia de trabalho e significa também que se projeta como um nivelador da participação. No momento de organizar a oferta do curso/disciplina, é possível determinar como será a participação de cada estudante, qual o tipo de atividade/tarefa deseja como: mensurar a participação, contar a “presença”, entre outras particularidades.

Em certo sentido, supostamente, as ferramentas são “suficientemente” apropriadas para organizar tanto a aula, como um dado real, quanto as estratégias pedagógicas, como um modelo de aprendizagem. Isso significa dizer, em palavras mais gerais, que se pode arrastar *links* e arquivos para dentro da plataforma. Também é possível postar livros, filmes inteiros

e fazer *chats* e fóruns de participação. Abaixo eu coloquei uma imagem com uma lista de ferramentas.

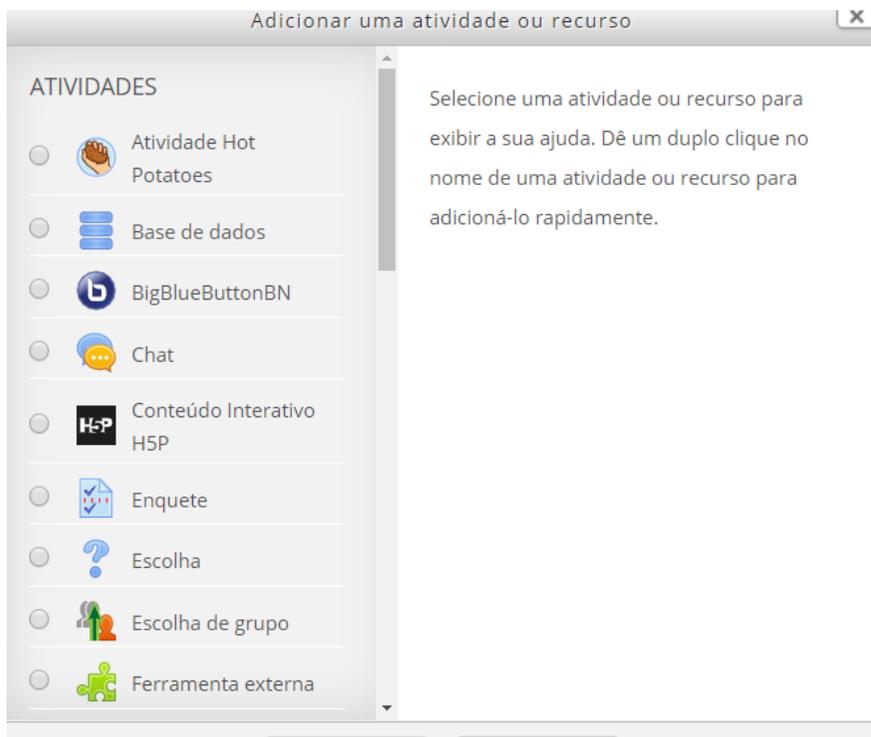


Figura 01: Itens de ferramenta do *Moodle*.

Nesse sentido, em termos de um esquema de oferta de curso/disciplina, mediado por ferramentas, o *Moodle* é um software robusto, que pode oferecer uma excelente experiência de navegação, embora haja dificuldades e muitas limitações de uso, pois grande parte dos recursos não são efetivamente utilizados, por várias razões que não caberia aprofundar neste artigo. Além dessa interface cujo *layout* pode ser composto por quem edita o curso/disciplina, é possível que cada estudante possa acessar

tudo que foi postado, inclusive com prazos e regramentos de acessos. A normatização de uso, portando, é algo plenamente possível, como se fosse, por exemplo, uma regra presencial de cronometrar uma atividade avaliativa. Já há também, em alguns casos, a possibilidade de que cada estudante possa acessar os conteúdos *online* e quando, por ventura esteja sem acesso à internet, pode realizar atividades, preencher formulários, e quando voltar a ter acesso à rede, os dados são atualizados com data em que foram editados.

Como se trata de um sistema aberto, é possível ir fazendo pequenos ajustes ao modelo de curso pretendido, assim, com muito empenho é possível construir possibilidades de uso que se adequem a contextos e objetivos específicos. As possibilidades de uso também são aprendidas de modo contínuo, isso significa dizer que é o uso que aprimora as ferramentas, otimiza e amplia o acesso. Por isso, o *Moodle* é um sistema que tem um vasto uso tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. A interação, no entanto, é ainda muito linear, é feita muito em direção ao professor/coordenador/editor do curso/disciplina. Estudantes inscritos num curso/disciplina podem conversar entre si, dentro da plataforma, somente utilizando as ferramentas indicadas para isso, como os *chats* e os fóruns.

Como o sistema é um arranjo de programação, de hierarquia de comandos, o papel de cada pessoa dentro da plataforma é regamente previsto pela programação, de modo que não pode ser alterado no decorrer do processo, por isso, um perfil que ingresse no *Moodle* como estudante não poderá, por força do que está previsto e programado, editar nenhum recurso ou conteúdo. A sua participação, quando muito, é a de mero receptor de conteúdos, obedecendo a comandos e dando respostas, numa lógica que em muito lembra a teoria behaviorista, com o primado do estímulo-resposta.

Há, todavia, muitos entusiastas tanto do uso do *Moodle*, no caso das universidades públicas, quanto do uso de tecnologias de interação e comunicação, bem como, o uso de inteligência artificial para o incremento, inovação e expansão do ensino à distância. A alegação mais presente é a de que é inexorável, portanto, é algo dado, inarredável. Nada mais se pode fazer, em termos de sociedade ou de políticas de educação, que possa barrar o avanço e o uso das tecnologias de informação e comunicação nas atividades de ensino e aprendizagem.

Desde a criação da UAB, nas instituições públicas, o argumento com maior peso para vencer a óbvia rejeição que haveria entre professores, técnicos e pesquisadores, à época, era difundir a ideia de que a formação de professores, em especial nas áreas de linguagens, matemática e ciências, não tinha como ser feita na urgência necessária com os cursos presenciais. Esse argumento era colocado dentro das instituições públicas e já causava uma cisão: o aligeiramento da formação de professores e a necessidade de ofertar a formação. Como escolher entre: não ofertar e deixar milhares de professores sem o mínimo de formação específica e/ou resistir a uma formação dada sem a devida qualidade?

Para convencer a maior parte dos professores e, portanto, ter uma adesão massiva, entraram as ofertas de bolsas: desde coordenadores de curso e polo até professores formadores, àqueles que acompanham e ofertam itens curriculares e professores conteudistas - os que escrevem e montam apostilas. Como é uma entrada de receita, sem descontos de impostos e livre de contribuição previdenciária, assedia uma parte do corpo docente, dado que, como se sabe, por premissa, um dos pilares da precarização do trabalho em educação são os baixos salários o que gera um alto endividamento dos trabalhadores em educação. Pois bem, esse é o contexto de uso e oferta feito na UAB, como justificativa para

democratização do ensino, um pressuposto adotado por governos que tinham isso como um princípio programático.

Como se percebe, o modelo de educação à distância, tanto pública quanto privada, resultam, ao final em uma atividade educativa que transforma, pouco a pouco, a educação em um mero acessar de conteúdos, cabendo ao estudante dar respostas a estímulos previamente definidos em comandos informatizados. Ora, é preciso lembrar, portanto, que os comando informatizados, por mais intuitivos que sejam, por mais interativos que sejam, não podem ser, pelo menos por enquanto, dotados de imprevisibilidade, de arranjos e soluções próprios da condição humana. Não posso deixar de mencionar uma pequena reportagem de Jean-Noël Lafargue, publicada em agosto de 2011, na revista *Le Monde*, intitulada *Máquinas Hostis* (<https://diplomatie.org.br/maquinas-hostis/>).

Já naquela época, como anota Lafargue, se dava início a uma plataforma de reconhecimento facial, uso de algoritmos, automação, tudo isso dentro um prisma de segurança, produtividade e eficiência competitiva. Aqui se mostra de modo inequívoco como a tecnologia é um paradoxo sem precedentes: quanto mais a sociedade é amedrontada, mais se torna vigiada. O controle, por sua vez, como existência em si, incentiva e produz cada vez mais medo. Para atenuar e confortar esse corpo social, complexo, conflituoso, com enormes disparidades, e por isso tudo, distante entre si, surgem as tecnologias de contato, também chamadas de redes sociais.

O controle, por exemplo, num aeroporto, para prevenir um ataque terrorista, pode, sob este pretexto, desenvolver uma série de softwares, que, inclusive, devessem a privacidade das pessoas. Mas o pressuposto de aplacar o medo justifica o fim da privacidade. É nesse sentido que a automação é uma faca de

dois gumes (acho importante evitar a ideia de perigo, que é algo indefinido e que sugere uma simples demonização, por uma noção de ambiguidade do sistema) para a condição humana, porque desde as mais simples atividades, como ir a um caixa eletrônico para sacar dinheiro, uma atividade automatizada pelos bancos, até a vigilância e escuta de conversa e invasão telemática de mensagens podem ser feitas sem que as pessoas nem desconfiem. O controle dos sistemas de informatização corresponde àquilo que pode ver sem ser visto, vigiar sem ser notado, controlar sem que a pessoa controlada se dê conta. Aqui caberia lembrar a ideia do *Panopticon*, de Jeremy Bethan.

Bom, até aqui tenho dado mais ênfase ao que poderia ser considerada a estrutura da educação à distância. Falei do exemplo que houve no Tocantins: os interesses privados entrando como parcerias e introduzindo suas lógicas de lucro e mercado no sistema educacional, através da venda de conteúdos em vídeo - chamados de vídeos de aulas -, no caso da educação telepresencial, e mais tarde, a educação puramente *online*, como se fosse o mais avançado dos mais avançados sistemas educativos.

É importante dizer que vídeos gravados, cujos conteúdos possam ser aulas, obras cinematográficas, instruções técnicas, entre outros temas, podem ser, evidentemente, acervos com um enorme valor educativo e cultural. Assim, como o é, no nosso tempo, plataformas de *streaming*, repositório de vídeos e filmes, como o *Youtube*. No entanto, o que se defende aqui, reitero, é que o vídeo em si, a gravação em si, não substitui o trabalho docente, ainda que o conteúdo do vídeo seja uma aula gravada.

Tentei dar um rápido panorama de como foram montados esses sistemas educativos e o que lhes é intrínseco nessa via de acesso ao ensino universitário. Os sistemas são desenvolvidos desde um

determinado lugar, nesse caso, sempre um lugar hegemônico, e esses sistemas utilizam uma linguagem de programação que, por isso mesmo, robotiza os papéis desempenhados em uso. Um exemplo desse processo de robotização, que sempre é visto na automação, é que tanto a elaboração da aula, quanto o seu consumo passa a ser mediado por sistemas e lógicas programadas. A aula, nesse modelo de oferta de ensino, sofre uma pressão enorme para ser “dinâmica” e “atrativa”, o que a torna, inevitavelmente, um produto para consumo fácil e com pouco esforço. Além disso, como não há nenhuma técnica ou tecnologia neutra, os dados armazenados nestas plataformas ficam num limbo, por assim dizer, sem que nem usuários ou desenvolvedores possam de fato saber quem sabe o quê ou quem pode acessar, mesmo que remotamente essas informações.

Não poso deixar de fazer uma breve referência aqui de um documentário que fala sobre os termos uso e as condições de acesso (<https://www.youtube.com/watch?v=LliLoT4Poc&t=752s>). Assim, essas plataformas, como o *Google* e *Facebook*, por exemplo, dispõem de tanta informação sobre seus usuários que já nem dá para se ter uma medida exata. Por isso, agora em que estamos em situação de profundo isolamento, com contatos restritivos, o uso de plataformas virtuais para encontros, inclusive interfaces do próprio *Google*, como o *Google Classroom*, *Google Meet* e outros similares, estão agregando muitos usuários, armazenando dados e informações de milhões de estudantes, dos mais variados níveis e países.

Por isso, para reiterar, os modelos de sistemas utilizados em educação à distância, seja das aulas tele presenciais ou os cursos *online*, o que impera é a padronização de conteúdos, de respostas e de interação. Não há nem diversidade de softwares que possam, por exemplo, permitir uma pergunta ao acaso, como seria possível

num encontro presencial, e um processo reflexivo que gere a partir disso novas possibilidades de ver o assunto, como pressupõe os saberes em ciências humanas, nem tampouco a lógica de programação dá conta de prever algo fora do que foi inserido no software. Também é preciso reafirmar, em outras palavras, que a educação à distância com ou sem atividades remotas, ou simplesmente atividades remotas em situações específicas, como a que se vive nesse momento de pandemia, somente é possível a partir de interface de tecnologias de informação e comunicação.

Neste ponto é que há o controle tanto no sentido da forma em si, o desenvolvimento de softwares e aplicativos, quanto no sentido de conteúdo, a modulação dos aspectos pedagógicos em linguagem de programação computacional. Mesmo que seja possível, e até louvável, que pesquisadores possam se “reunir” via aplicativo de reunião *online*, possam debater, falar, ouvir, interagir, essa mediação é feita sob determinados termos de uso.

Além disso, dos termos de uso e das condições de uso, como eu me referi sobre o documentário citado acima, há ainda o efeito de acomodação dessas práticas na vida de crianças e adolescentes. Podemos ver, agora que estamos sob os efeitos da pandemia, inúmeras instituições escolares de ensino fundamental simplesmente aderirem ao uso destas tecnologias sem o mínimo de cautela. Assim, para a maior parte destas crianças e adolescentes que já viviam num ambiente de saturação de uso de tecnologias (seja em interfaces de jogos, aplicativos de conversa ou canais de vídeos) agora vêm a única atividade que poderia fazer um contraponto, que seria a atividade escolar, e desemboca, ela própria, em um uso “profissional” de ensino e aprendizagem.

O ensino universitário brasileiro público é majoritariamente presencial, em especial nas universidades públicas, cuja qualidade

de ensino, pesquisa e extensão nem se compara com as instituições que oferecem cursos à distância. Por isso, algumas universidades tomaram medidas como: adiar atividades, reposicionar calendários, entre outros aspectos. Todavia, como já se percebe, será inevitável, por assim dizer, que o uso de tecnologias não seja aplicado no processo de ensino de graduação e pós-graduação. Nas instituições privadas, mesmo aquelas que ofertam apenas educação presencial, já houve uma migração grande para o uso de ferramentas de mediação de encontros, como vídeo chamadas e reuniões *online*.

Agora, vou falar um pouco mais de algumas ideias que fui escrevendo e que gostaria de desenvolver, para isso, vou organizar essa segunda parte do texto utilizando também referências mais críticas ao modelo de hiperconectividade.

## 2 – A armadilha da/na inovação tecnológica

Para começar esta segunda parte, vou mais uma vez retomar o filme *Matrix*, citado na seção anterior. Eu separei uma cena, como já indiquei a tradução dela no início (<https://www.youtube.com/watch?v=AGZiLMGdCE0>). Dentre as falas de Morpheus, uma em particular, dá uma dimensão do nosso tempo: “bem ao deserto do real” (tradução minha). É neste contexto, portanto, que nos encontramos hoje, uma espécie de deserto do real, isso tanto pelos motivos mais visíveis, que poderíamos elencar aqui, como desde a destruição massiva da natureza, o uso desenfreado de combustíveis fósseis, como também, e sobretudo, pelo nível implacável de excitação tecnológica.

Essa expressão *deserto do real* se aplica bem ao quadro de pandemia que agora vivemos: as ruas vazias de grandes cidades criam um efeito de que a vida está por um fio. Em momentos como esse, de profunda incerteza, de medo da morte, de pânico geral, é também um tempo em que determinadas práticas são impostas sem muitas resistências, que seriam mais possíveis em momentos menos tensos. Assim, numa situação concreta de isolamento social, de escolas fechadas, muitas atividades laborais paralisadas, as pessoas se veem de uma hora para outras com problemas reais com os quais não imaginava lidar assim tão bruscamente.

Por isso, se um determinado trabalhador é impelido a fazer parte de suas atividades remotamente para não perder o emprego, este trabalhador aceita porque não há outra alternativa. O mesmo acontece com uma família que tem em casa crianças em idade escolar, aceita integrar as novas rotinas de uso das tecnologias em casa para que o calendário escolar não seja de todo perdido. Nesses dois casos, embora aqui hipotéticos, mas comuns nos dias de hoje, o ingresso das tecnologias de informação e comunicação nas rotinas

domésticas deixa de ter um caráter recreativo, aquele uso sem uma finalidade profissional, para ter um uso metódico e disciplinado.

Desse uso, sairão alguns resultados, um deles, mais óbvio, é o aperfeiçoamento das ferramentas, porque quanto mais uso, mais os desenvolvedores aprimoram as capacidades de integração, de adequação e de desempenho dessas tecnologias. Assim, alguma resistência, que é natural que exista, vai se diluindo, dando lugar ao uso efusivo, adesista, entusiasmado desses modelos de trabalho, *home office*, e no caso da escola, *homeschooling*.

Não custa lembrar, no caso da ideia de regulamentar a escola em casa, que a Ministra Damares Alves, do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, já defendia essa ideia em 2019, bem antes da situação de maio de 2020 (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2019/abril/ministra-damares-defende-educacao-domiciliar-como-um-direito-humano>). Não bastasse essa defesa, em abril de 2020, como diz o jornal O Globo (<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/governo-vai-propor-regulamentacao-do-homeschooling-24351388>) Damares Alves prepara uma Medida Provisória para regulamentar a educação domiciliar. O contexto dessa medida é o da pandemia.

Aqui temos uma ideia do quanto esses movimentos são uma armadilha perfeita: a) entram na rotina das pessoas de forma abrupta, inesperada e se colocam como única via possível para mitigar as perdas ou danos dos problemas que enfrentamos, nesse caso, a impossibilidade de ir ao encontro da escola ou do trabalho; b) seduz pela eficiência apresentada e prometida, isto é, quanto mais uso houver, melhor ficarão os procedimentos e mais eficientes as ferramentas. Nesse jogo, os interesses e objetivos de governos (como no caso da Ministra Damares Alves) e de empresas (como no caso do *Google*) vão sendo internalizados, assimilados, aceitos, mesmo com certas reservas.

Falando mais especificamente do uso das tecnologias em regime *full time*, o que mais se agrava é justamente o convívio entre as pessoas. Uma reportagem da *Revista Crescer*, voltada para famílias com crianças, traz um dado incrível: a maioria das crianças ouvidas numa pesquisa, afirmam que os pais e mães estão dispersos por causa do uso do celular, do *tablet* ou do computador (<https://revistacrescer.globo.com/Familia/Rotina/noticia/2014/12/tecnologia-esta-afetando-relacoes-familiares-dentro-da-sua-casa.html>). Um dado relevante é que se esses adultos também são, de alguma forma, o modelo de pessoas para os filhos, o uso desenfreado de tecnologias será algo normal na vida destas crianças. Já é muito comum as pessoas adultas quando enfrentam alguma dificuldade em lidar com crianças, simplesmente entregam o celular com algum desenho animado ou joguinho eletrônico. Aqui se vislumbra o grau de excitação que o uso dessas tecnologias desencadeia nas pessoas. É um uso que prende, que retira toda e qualquer atenção do entorno, talvez, por isso, o termo *navegar* seja tão propício para descrever a atividade de acessar a internet.

Para que possamos compreender melhor o que seria essa excitação tecnológica, vou apresentar um autor importante para mim: Christoph Turcke, cujo livro *Sociedade Excitada* (2011) é a base dessa argumentação. A tese defendida neste livro é a seguinte: o uso continuado e massivo de redes de comunicação, em especial os dispositivos de comunicação e interação instantânea, como denominamos de redes sociais, produz um nível tão alucinado e alucinante de excitação que torna as pessoas dependentes destes mecanismos digitais. Em face disso, retomando a fala de Morpheus, o deserto do real, de tão saturado que está, já não é mais percebido, e as relações humanas, por isso mesmo, tendem a passar significativamente para o plano daquilo que Turcke chama de realidade virtual, em si mesmo um paradoxo. O maior exemplo é como as *fake news* operam hoje com o grande público que passa a

acreditar apenas porque está “lá na internet”, “eu li na internet”, “deu na internet”, como se isso fosse garantia de verdade, ainda sem contar com o uso de algoritmos para manipular as pessoas politicamente, como fez a *CambridgeAnalytica*, alterando resultados em eleições dos países do eixo central do capitalismo mundial como EUA, Reino Unido e Brasil (<https://www.theguardian.com/technology/2019/mar/17/the-cambridge-analytica-scandal-changed-the-world-but-it-didnt-change-facebook>).

Da excitação para a manipulação, da postagem frenética de mensagens à banalização da experiência, estamos em situação similar da experiência vivida por um turista - em si já uma figura exótica e exógena-, que poderia ser uma experiência puramente humana, de ver e sentir o lugar visitado, fruir e sublevar os ares daquilo que se olha e se sente. Hoje, no entanto, o ato de visitar um monumento é quase sempre captado pela fotografia apressada e em pose, que por isso mesmo, ignora o lugar visto e o torna acessório de quem vê. Esse movimento de inquietude é só mais um aspecto da freneticidade da era das *postagens* ou dos *posts* em redes de comunicação. Esse fenômeno dá uma dimensão da excitação, essa sensação que se feita em excesso, gera angústia e solidão, disfarçada em euforia de pertencimento à aldeia global. Esse contexto, portanto, da hiperconectividade é ao mesmo tempo o topo daquilo que chamamos inovação e a sua miséria, em sentido mais desértico possível.

Com essa breve explanação, posso passar ao segundo ponto dessa noção de deserto do real, que é o super individualismo. Para isso, trago aqui Z. Bauman, *Sociedade Individualizada* (2008). Um dos muitos *insights* desse livro, é considerar que a fluidez, a flexibilização e a desregulamentação do mundo do trabalho (por exemplo, o uso deliberado do termo *empregabilidade*) acontece no mesmo momento em que mais se avança o desenvolvimento de

ferramentas e dispositivos de *self work*, ou o que agora chamamos de aplicativos, como o são aqueles de entrega.

A medida que a vida está, inexplicavelmente, à palma da mão, em dispositivos cada vez mais sedutores e capazes das fotos mais *bombadas*, temos cada vez menos o controle de nossos passos, de nossa privacidade. Os jornais, como uma matéria interessante do New York Times (<https://www.nytimes.com/2019/10/15/opinion/facial-recognition-police.html>), sempre dão notícia de que os avanços do controle de dados é no mesmo ritmo daquilo que temos, ingenuamente percebido como inovação. As tecnologias, sem exceção, por mais densas e úteis, fáceis e intuitivas, jamais são neutras.

Vejamos, por exemplo, no que resultou, em grande parte, o projeto de automação industrial, em uma massa de desempregados, subempregados e trabalhadores sazonais. Desse “avanço” tecnológico, alardeados como revolução sem precedentes, com máquinas que fazem todo o trabalho de colheita, intensificou-se o desemprego estrutural. Depois dessas enormes “inovações”, no campo mais da indústria, passamos agora a uberização da atividade laboral no setor de serviços, com pessoas trabalhando horas a fio para ganhar o mínimo do mínimo que ganhavam antes, quando tinham trabalho formal, com registro em carteira e seguridade social.

A era dos aplicativos, como podemos perceber, é uma nova frente de precarização e banalização da vida, em especial da vida de pessoas que tão empobrecidas não têm nenhuma outra alternativa além de manejar um volante por horas a fio, ou fazer ziguezague no trânsito em cima de uma moto levando uma pizza que precisa ser comida ainda quente, porque senão o consumidor, nesse caso quase anônimo, recolhido numa vida também um tanto solitária, poderá dar uma nota baixa para esse ser que entrega. Ainda que pareça bizarro, o entregador

pode ser mais punido além da punição já embutida em todos os riscos que corre sem nenhuma proteção.

Então, em face desse pequeno preâmbulo, que chamo aqui de deserto do real, volto-me para o cerne deste argumento: a atual situação da educação em tempos da pandemia, em que as escolas foram fechadas, todos recolhidos em suas casas e o ensino à distância ou ensino remoto aparece como a grande solução imediata. Essa nova situação se esbarra com a descrita anteriormente, ou seja, com a pressão do sistema capitalista, em todas as suas extensões e alcances das áreas do trabalho humano, para que a equação sempre seja uma só: redução de despesas e aumento de lucros. Aliás, não custa lembrar, como muito bem explicou o mestre Gilberto Dupas, num livro memorável chamado *O mito do progresso* (2006), vou citar aqui um trecho: “Essa combinação de consenso neoliberal, livre fluxo de capitais e reestruturação produtiva incorporando as novas tecnologias foi o que permitiu a efetiva globalização”. Nas palavras de Dupas, toda a rotina de desmonte do Estado protetor de direitos e de garantias da vida e do trabalho ocorre na emergência dos ditos “avanços” e “inovações” das tecnologias de comunicação e informação. Segue Dupas: “A incorporação das tecnologias da informação ao sistema produtivo global gerou uma espécie de “economia do conhecimento”, redefinindo as categorias trabalho, valor e capital”.

É neste ponto, o de uma tecnologia aprendente, que quanto mais eu uso e aprendo a usar, tanto mais eu me sinto um *expert* em aplicativos e meandros virtuais, mais desapareço como ente vivo. Aqui é como se a “inovação” fosse uma agência de cavar buraco, quanto mais eu cavo, tanto mais próximo me incentivam e me convencem de que posso chegar a um tesouro, ao fim da cova, tanto menos eu sei voltar e recobrar o meu estado de antes de entrar no buraco, afinal, por mim mesmo cavado,

incessantemente. Essa lógica de economia do conhecimento, como bem lembra Dupas, é como um simulacro, porque nem é todo tipo de conhecimento que se busca e se valoriza, quando também se cuida em desmontar as forças que protegem os trabalhadores do conhecimento. Vejamos, por exemplo, como são precárias, quase em todo o mundo, as agências de fomento, com cada vez menos orçamentos para pesquisa. Se lembrarmos, ainda, que é cada vez menor o investimento em áreas tidas como não prioritárias, como é assim chamado o conjunto dos saberes das ciências humanas, percebemos, portanto, que é falacioso o argumento de que há alguma valorização horizontal do conhecimento em nosso tempo.

Dentro do aspecto de economia do conhecimento, não esqueçamos, há os mesmos pressupostos concorrenciais de uma economia predatória aplicada em outros setores produtivos. Assim, o mesmo incentivo que existe numa economia de desregulamentação, de flexibilidade, vai existir também dentro da universidade e centros de pesquisa. Talvez ainda, com algum controle do estado naqueles serviços mais estratégicos ou com pesquisas que demandem maior investimento. Mas, em geral, cada pesquisador, professor e técnico é incentivado a buscar fonte de recursos alternativas porque o Estado, cada vez mais gerido à moda capitalista, vai diminuindo ano a ano os aportes, ao ponto de extinguir áreas de investimento, como o faz agora o governo brasileiro (<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-desorganizacao-da-ciencia,70003251893>).

Ainda na lógica de minguar o financiamento, temos a estrutura de funcionamento das universidades públicas, como no caso do Brasil, que tem uma folha salarial considerável em relação aos demais extratos de funcionários públicos. Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes – só as universidades federais tem, na

ativa, cerca de 83.525 docentes (<http://www.andifes.org.br/>) . Muito embora a massa salarial impacte menos que os salários de cargos do judiciário, por exemplo, esse quantitativo de pessoas é, sem dúvida, uma despesa para um estado gerido, ainda mais agora neste governo, sob o prisma da redução dos gastos com pessoal, porque tem uma política neoliberal voraz.

Se for lembrado, também, que parte desses trabalhadores em educação, estão justamente atuando na grande área das ciências humanas, que agora são rotineiramente boicotadas pelo governo do Presidente Jair Bolsonaro, o caminho mais possível, dentre as possibilidades tecnológicas ao alcance da mão (literalmente) do governo é a extinção dos cargos para provimento e a sua substituição pelo modelo de bolsistas temporários, como acontece na UAB.

Deste modo, há dois sentidos de subalternização: a) o desmonte de uma área que de fato incomoda o governo (este e qualquer outro com o mesmo projeto),b) o discurso modernizante. O primeiro, como se sabe será feito, como já é, com mais vagareza porque há, ainda, regramentos legais, que impedem, pelo menos por enquanto, um desmonte voraz e imediato. Mas o segundo, por ser mais sedutor e por convencer mais facilmente muitas pessoas, pode ser a alavanca que tanto destruirá a carreira docente quanto a introdução das metodologias do *improve your self*.

Exatamente aqui, neste ponto que estamos agora, no ano de 2020, precisamente diante uma pandemia de proporções tão grandes que ainda nem é possível pensar nas consequências, que são já imediatas, e nem como será refeita alguma organização tal como havia há pouco, em janeiro deste ano. Em um ambiente de incerteza tão generalizada, estrutural e disseminada, é que surgem os caminhos mais temerosos, com impactos ainda mais

danosos a curto e médio prazos, e, muito desolador, a longo prazo. Como uma tempestade perfeita, isso porque estou olhando agora somente as condições brasileiras, temos um governo apoiado num levante fascista (embrutecidos, violentos e antidemocráticos), de base civil e militar, que dentre outras coisas, além de totalmente neoliberal para as relações de trabalho e para a economia de mercado, traz em si a revanche engasgada na garganta de pessoas que não aceitaram e, nem nunca aceitariam, os mínimos avanços que trouxe a Constituição Federal do Brasil de 1988.

Juntando tudo isso, o que vemos agora em jornais, mídias e outras plataformas, é um recrudescimento da violência de todo tipo, inclusive aquela mais vergonhosa violência e que, por isso mesmo, mais demonstra o caos em que estamos como se nota, por exemplo, no aumento significativo de casos de violações, feminicídios e agressões contra mulheres (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/femicidio-cresce-no-brasil-e-explode-em-alguns-estados.shtml>). Então, este é um quadro que, mais do que os próprios trabalhadores das ciências humanas poderiam supor, necessita de envolvimento incisivo, de questionamentos contundentes. Por isso, o desmonte da grande área de humanidades é ao mesmo tempo uma derrota civilizatória e uma derrota epistêmica.

Perdemos como engajamento possível, que de alguma forma é também um engajamento que já produziu alguns dos mais belos capítulos da defesa civilizacional, como se vê por notáveis humanistas, que aqui não posso deixar de citar, em nome de muitos e tantos outros humanistas, Paulo Freire. Por isso, dentre todas as atividades das ciências humanas, uma das que mais perde, dentro desse bojo todo do desmonte que aqui estou falando, é a educação. A educação como atividade formativa, aquela feita nos cursos de pedagogia e demais licenciaturas, também nos programas de pós-graduação dedicados ao

estudo e a pesquisa em educação, como também a educação feita no trabalho docente, em todos os níveis de ensino.

Temos aqui uma área de atuação que lida em sentido estrito com atividades de ensino e aprendizagem. No âmbito universitário não é tão simples a defesa da área e nem dos seus pressupostos. Por exemplo, nos cursos da área de saúde e engenharias, a maior parte do corpo docente, muito embora sejam contratados como professores, não defendem necessariamente os fundamentos da educação e uma outra parte nem formação pedagógica tem.

Essa cisão não é, no entanto, algo sobre o qual se fala muito na universidade, mas basta ver um movimento de luta, greve ou pauta reivindicativa, para que se note nesses levantes a presença de quase a totalidade de pessoas das humanidades, tanto docentes quanto discente, técnicos e pesquisadores. Por conta dessa postura que é de alguma forma combativa, nasce o estigma de que essas áreas e campos de saberes são perigosas, são caras e só fazem “balbúrdias”, como disse o atual ministro da educação.

Essas contradições e conflitos dentro da universidade poderia até ser encarados como dentro de uma certa diversidade de opiniões e práticas, mas não é assim. Essas disparidades só fazem com que se subjugue ainda mais as humanidades para silenciar o volume da capacidade crítica, para silenciar o incômodo de lidar com a divergência, com o contraditório. Não por acaso, a valorização das ciências mais elitizadas, como as ciências biológicas e as engenharias, pode ser justamente aquilo que o mestre Gilberto Dupas já apontava.

Assim, nas atividades educativas de modo geral, inclusive pesquisa, extensão e ensino, somente serão valorizados os conhecimentos que produzam patentes, inovação, soluções informatizadas, entre outros benefícios que agreguem mais valor

ao ciclo econômico do capital inserido e investido nestas práticas educativas e de pesquisa. Uma rápida olhada nos balanços da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (<http://www.fapesp.br/>) – é possível ter uma noção do que é considerada a prioridade de fomento e pesquisa, as humanidades não figuram como área prioritária.

Pois bem, feitas estas considerações, como esse tópico é sobre as armadilhas da/na inovação, quero refutar aqui a ideia de que as humanidades precisem correr atrás dessas lógicas, que são largamente aplicadas nas ciências biológicas e engenharias. Quero defender que o papel primordial, sobretudo, das ciências humanas é justamente não sucumbir, tanto quanto for possível, ao discurso sedutor da lógica competitiva nas políticas de inovação. Dizer isso parece tão simplista e tão óbvio, ainda mais porque como eu disse antes, sobre como a UAB se impôs por meio de bolsas e outras vantagens. Mas esse é o cerne do dilema da inovação.

A educação, como prática e ao mesmo tempo como campo de estudos, de pesquisa, de extensão não pode sucumbir a uma lógica de mercado. Ora, mas não se deve mudar os modelos de ensino? Não se deve incrementar as aulas para serem mais atraentes? Sim, claro, mas a base da prática educativa é a formação humana em si, porque é justamente quando esta formação se automatiza é que se sucumbe ao canto da sereia da inovação, e deixa de fazer o que mais é necessário: reafirmar nossa humanidade.

Também não posso dizer que todas as pesquisas em ciências biológicas são contaminadas, literalmente, por interesses meramente econômicos, ou que todo desenvolvimento tecnológico é uma sabotagem ou um controle infinito. Não. Não estou dizendo isso, apenas estou dizendo que são papéis diferentes, cumprem objetivos distintos. Além disso, é nítido que há nas humanidades

um sem número de especializações e guetos, ainda assim, é também essa diversidade de olhares e pontos de vista que fazem das ciências humanas ainda um espaço de crítica e debates que, em último caso, é próprio do fazer em si desta grande área.

Há uma relação implícita entre o avanço de ideais não civilizatórios e o declínio deste campo do saber. Por isso, em grande parte, a terceirização, por assim dizer, da formação de professores a formatos de cursos aligeirados como o são aqueles ofertados pela UAB ou os que são vendidos nas instituições privadas, como cursos *online*, tem um propósito nefasto de desmontar a última trincheira que, bem ou mal, ainda é capaz de organizar algum pensamento crítico: a formação de professores feita dentro de universidades em cursos presenciais, seja em nível de graduação, mestrado ou doutorado, assim como em eventos, palestras estágios.

Reafirmo aqui: cada área do conhecimento, das ciências biológicas às engenharias, das pesquisas mais avançadas em robótica até o desenvolvimento de novos modelos matemáticos, é fruto, em sua base, de uma educação que pode fazer pesquisa, pode apurar o pensamento investigativo, mesmo assim, nenhuma das atividades está imune ao poder do mercado ou de governos autoritários. Por isso, em alguma medida, o pensamento crítico, a livre fruição das artes, a pujança da elaboração filosófica, todas estas atividades próprias das humanidades, são imprescindíveis como fator moderador do avanço desenfreado das novas formas tecnológicas.

Justamente por isso que é esse pilar - o da formação sólida, com bom termo de leitura de autores clássicos, que percebe a trajetória de vida de professores e pesquisadores - é o que torna possível compreender o tanto que a educação é muito mais que a assimilação de conteúdos informacionais, nos moldes objetivistas. Por isso, é que o discurso de inovação no campo das humanidades

entra justamente na crítica aos modelos didáticos pedagógicos. Assim, é muito comum frases do tipo: “inovar as aulas”, “propor metodologias ativas”, “utilizar as tecnologias de informação e comunicação”, vaticínios, que sempre trazem imbuídos em si o teor de mercado que é próprio dessa lógica de transformar todas as coisas em mercadoria.

Uma aula gravada, portanto, para ser postada numa plataforma de oferta de conteúdos, que pode ser o Moodle, como falei na seção anterior, não é mais uma aula, é um produto. Como produto será consumida e como produto será armazenada num repositório. Ela é uma palestra, uma fala unilateral, sem um contexto dialógico, sem a reflexividade necessária para o desenvolvimento do conhecimento, que está fechada em pressupostos e amarrada em princípios informacionais e objetivistas. Nada mais. Assim, o exercício de preparar a aula, de enfrentar o tema da aula, de costurar uma linha narrativa para o assunto, tudo isso, vira nada diante da ausência de pessoas, que sendo pessoas numa reunião, numa sala, num encontro, poderiam, no ato de ouvir/ver, suscitar em si próprias ligações, suscitar lembranças, interagir com as demais pessoas e assim, mesmo a aula tendo sido pensada numa direção pode tomar outro rumo. Isto é, portanto, o componente humano presencial, dialógico, que faz toda a diferença na atividade educativa.

Esse argumento pode conduzir à interpretação de que não existe nada de proveitoso e de realizável nas tecnologias ou no uso destas. Há muitos ganhos, e sem a menor dúvida, a vida é mais cômoda, mais prazerosa com as inúmeras soluções derivadas do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação. No campo das atividades educativas, no entanto, a disputa entre os modelos tradicionais de aulas, baseadas na presença física, e os avanços das novas frentes tecnológicas, não é meramente um jogo de modelos. Não é uma luta em que o *novo*, que seriam os

usos de todas as ferramentas possíveis no processo de ensino e aprendizagem, tem que vencer e suplantar o *velho*, que é a aquela aula expositiva, cansativa, bolorenta.

Mesmo sendo passível de críticas, a aula presencial ainda é uma prática cheia de acasos, de imprevistos, de improvisos que, por isso mesmo, garante que continue relevante como atividade que humaniza, que é um aconchego, que estabelece novas redes de relacionamento humano. Além desse aspecto, a aula presencial tem um componente que nos cursos/disciplinas ofertados em plataformas virtuais pode não haver: a quantidade pequena de pessoas numa sala de aula. Esse dado, o quantitativo de estudantes, faz toda a diferença. Quanto mais pessoas houver numa reunião, seja ela presencial ou não, mais será difícil a proximidade, a intimidade, a confiança. Assim, por razões óbvias, inclusive a limitação de espaço físico, uma sala de aula presencial, pode acolher poucas pessoas, isso, no decorrer de uma temporada como um desenrolar de um curso/disciplina, produz inúmeros momentos de convívio, de troca de experiências. Sempre tem uma história de alguma pessoa, uma tragédia pessoal, uma alegria, um espaço para que todos na aula possam escutar e ver as lágrimas, sentir o riso de alegria, perceber os cheiros de todos.

Neste sentido, o desaparecimento gradativo e contínuo das aulas presenciais, do encontro presencial, vai também, de alguma forma tornando a nossa experiência, inclusive a de compartilhar a dor e alegria, um mero *sentir através do vidro*. Parece que não há experiência humana completa quando não se pode ver, tocar e sentir cheiro, tudo ao mesmo tempo. Por isso, a crítica ao modelo de educação ainda baseado na aula presencial é válida, é necessária. Mas essa crítica não poderia sucumbir ao discurso sedutor, sorrateiro, de que a solução, afinal, seria transplantar o modelo para aulas cheias de mídias, vídeos do *Youtube*, interações por aplicativos de conversas.

Quando falo de educação, desde a tarefa de cuidar de crianças em uma creche ou berçário, até uma conversa mais densa numa sala com estudantes de doutoramento, lembro que é sempre, e tão somente, o encontro humano, esse encontro tão complexo, conflituoso, incerto, esquivo, amedrontado, apaixonado, que faz a educação se completar. Não pode haver nenhuma atividade educativa sem a presença de pessoas, entrelaçadas, conversando juntas, com todos os riscos e perigos desse encontro, pois sem isso não há educação.

Também não posso deixar de fazer uma referência, mesmo que breve ao texto de Walter Benjamin (1987), *Magia e técnica, arte e política*. No capítulo *Experiência e pobreza*, Benjamin fala da pobreza da experiência: “Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’”. O que é dito traz uma profundidade que até parece ter sido escrito sobre o tempo em que vivemos agora.

Na perspectiva de Walter Benjamin, “uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica”, gosto em particular dessa ideia porque percebo, depois de tanto tempo, que aquilo que previu, tão sabiamente, agora posso ver tão nitidamente. O desenvolvimento da técnica, tão celebrado como desenvolvimento e tão sedutora como técnica, está nos reposicionando de tal modo que o sentido mesmo de nosso fazer já está sendo evaporado.

Quando leio essas palavras de Benjamin, vejo as peças abandonadas do patrimônio humano: o fim das bibliotecas, o fim do disco físico, a banalização da fotografia, o fim da aula presencial. Em contrapartida, a ascensão de aplicativos digitais

para tudo, inclusive para músicas, filmes e vídeos, para comprar comida, para encontrar parceiros sexuais, para andar de carro, e para aulas. Essa forma de acessar os bens da cultura é ao mesmo tempo visto, em nossa época, como uma certa democratização do acesso a esses bens, mas também não deixa de ser o ápice da reprodutibilidade técnica.

Aliás, essa expressão *reprodutibilidade técnica* é algo inerente ao que estou aqui argumentando. Paraphraseando Benjamin, eu poderia dizer que o curso/disciplina dado numa plataforma ou mediado por aplicativos, tem dois aspectos intrínsecos: a) o protagonismo da técnica; b) a banalização do processo de ensino. Dito de outro modo, quando o curso/disciplina é ministrado presencialmente, mesmo com todas as ressalvas que possamos ter sobre alguns arcaísmos e anacronismo da aula expositiva presencial, ainda é esse encontro que pode ser redefinido, redimensionado, ressignificado por essa aura da vida, da presença diversa de cada uma das pessoas que estão numa aula presencial.

Como eu fiz uma menção a Paulo Freire, não posso deixar de reiterar, como tantas e tantas vezes ele falou: a educação é uma atividade humana e só se completa no sentido humano de ser. Por isso, reafirmo aqui: a inovação que se pretende fazer com o incremento de novas tecnologias na prática educativa, desde o usos de mídias ou outras tecnologias no ambiente da sala de aula até a sua radical extinção para uma sala de aula *online*, que pode ser uma ferramenta aproximativa, sobretudo agora em situações limite, é uma faca de dois gumes, pode levar a degradar e banalizar o processo educativo.

Assim, as políticas de expansão do ensino à distância, ou o seu eufemismo que é chamado de ensino remoto, podem prenunciar a extinção paulatina de parte importante das Ciências, a das

humanidades. Sem querer ser catastrofista, o que vai sobrar serão suas ruínas, colocadas no museu da memória de algumas pessoas.

O que se faz quando se ministra um curso/disciplina em um ambiente virtual é, ao mesmo tempo, um atentado contra o que deveria ser a tarefa de ensinar e uma degradação do papel de professor. Isso significa dizer, portanto, que o uso destas tecnologias pode ser nefasto para o princípio do ensino e da aprendizagem, sobretudo nas ciências humanas.

Mas é possível aprender alguma coisa utilizando essas metodologias “inovadoras”? Sim, é possível. Mas assim como há aprendizados feitos por instrutoria, também aprendizados são feitos de diversas formas, com sucesso em muitos casos. O dilema não é só o uso das tecnologias, é que esse uso é pressuposto das distâncias, da ausência de encontros. É evidente que a maioria dos professores, nos mais variados níveis de ensino, utilizem ferramentas e aplicativos de conversar com o público de suas aulas, isso é inerente e, em certa medida, imprescindível. Mas tomar essas mídias e atribuí-las como sendo educativas é uma ingenuidade.

A educação é também objetivos de ensino de determinado saber, de determinado método ou técnica, mas se a educação for, ela mesma, a técnica de ensino, não se faz mais necessária a figura do professor, como eu fiz menção na seção anterior, em que uma matéria da *Folha de São Paulo* alertou para o fato de uma rede de instituições estar substituindo professores por robôs com inteligência artificial.

Reiterando o que eu disse na primeira parte do texto, o aprendizado das tecnologias vai produzir uma situação inusitada: o domínio que se terá sobre seu uso e suas possibilidades fará com que estes aplicativos e softwares sejam tão autônomos ao ponto de que será inevitável dispensar a figura do professor. Por isso, o perigo

é muito grande, porque de um lado, como falei, a automação é um caminho perverso, sem volta e aviltante, e de outro, a noção de humanidade será composta por uma estrutura flexível de tal monta que as minorias, que já são vistas como despesas por entes que governam o Estado, tanto no Brasil quanto em várias partes do mundo, podem ser dizimadas sem o menor pudor.

Por fim, trago aqui um exemplo tenebroso que está em nosso tempo, o consumo desenfreado de cursos *online* de pessoas, algumas delas morando fora do Brasil, que começam a se alimentar de argumentos frenéticos tanto na forma quanto no conteúdo e integram, por isso, bolhas suscitadas, sobretudo, em aplicativos e redes de relacionamento. Como esse é um terreno sem fronteira, a compulsão, própria destas mídias, mais o ensino ofertado como pílulas diárias, resulta em comportamentos como o que hoje se pode ver, a olho nu, na pessoa do ministro da educação, cargo maior da educação brasileira.

Por conseguinte, a defesa da educação é a defesa da grande área das ciências humanas, que por sua vez, é a defesa do ofício de professor, porque o professor é intrinsecamente afeito ao processo educativo. A educação à distância, no curto, no médio e no longo prazo, desmantela todo o processo educativo, transformando-o em um mero ato de instrutoria, e o professor em mero instrutor, quando houver, ou simples comando computacional, chamado de robô.

### 3 – Educação e resistência

Nesta parte do texto, quero dar um enfoque ainda mais pessoal, falando de minha trajetória de aprendizado e vivência na educação à distância. Pois bem, já tenho um bom caminho com os cursos da UAB e também com Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR -, este também fundado nos governos do Partido dos Trabalhadores, criado em 2009 e que traz como na plataforma o nome de Paulo Freire.

Nesses dois modelos de educação não presencial pude aprender e ver como é o dia a dia dos cursos, do corpo discente e as agruras do corpo docente. Na UAB, o foco e a pressão, como eu já assinali, é a inovação constante, para que o curso seja o quanto mais for possível somente à distância, eliminado ao máximo os encontros presenciais, porque, afinal, são despesas. Já no PARFOR, os problemas são tão ou mais graves, porque o corpo discente é composto majoritariamente por estudantes que atuam como docente na educação básica, por isso, assistem aulas nos períodos de férias.

As aulas são dadas em módulos, condensados, em julho e janeiro. Cada estudante recebe uma bolsa (ou deveria receber) para ajudar no custeio desta etapa na universidade. Acontece que nada ocorre como previsto nos papéis escritos em gabinetes. A realidade é um amontoado de pessoas, vindas das mais diferentes cidades e vilas, às vezes são quilombolas e indígenas, em turmas especiais ou mistas. Assim, tanto é aviltante o modelo condensado de ensino quanto são terríveis as condições em que se abrigam estas pessoas dentro da universidade.

Portanto, o quadro que se apresenta é aterrador, desumano e injusto. Mas há pessoas envolvidas de fato nesses modelos de ensino e conseguem, por méritos próprios fazer alternativas realmente impactantes na vida deste público discente. Em todo caso, percebe-

se que a formação de professores, nas duas modalidades, porque a UAB é para ofertar licenciaturas, majoritariamente, promove o paradoxo do desmonte da educação enquanto se faz educação. Ou seja, percebi que ocorre o desmonte de um modelo pedagógico enquanto se faz uso deste modelo pedagógico.

O que mais notei nessas duas plataformas, é que as áreas de ciências exatas, que estão entre as ciências mais prestigiosas, aqui são vistas como humanidades, porque são voltadas para educação e que aquelas áreas propriamente das humanidades, como pedagogia e história, por exemplo, completam o quadro de maior oferta. Assim, a formação de professor é sempre vista como algo possível, mesmo em condições tão degradantes e precárias.

Em face disso, como fazer educação como prática de resistência? Como fazer frente a uma força tão avassaladora com o avanço das mídias no processo educativo? Como resistir a educação à distância, agora que a pandemia nos coloca a todos sem poder ao menos botar o nariz fora de casa?

Sempre me vi com estas perguntas. Sempre olhei para os estudantes indígenas amontoados em cubículos dentro das universidades e me perguntava como pode ser um processo educativo que começa degradando as pessoas. Ou como oferecer educação à distância para comunidades quilombolas que moram em zonas afastadas sem sinal e telefone. Como bem explica Bauman já por mim citado, o drama é que a ideia de modernização, termo complexo esse, vem emaranhada de uma série de outros termos também cheios de armadilhas, por isso, o que mais resta ao professor, como ente em si, é olhar para o horizonte e resistir. Bauman diz que os cursos mediados ou ministrados por modelos tecnológicos já são meros kits de formação flexível, como destino a um fim também temporário, fugaz. Por isso, a resistência é sinal

de tentar pelo menos, defender a vida.

Uma aprendizagem feita sob os pressupostos a tecnologia jamais será atrelada com o ritmo da vida. Só para dar um exemplo, bem emblemático, trago aqui um outro filme: *Primavera, verão, outono, inverno e...primavera* (<https://www.youtube.com/watch?v=m7FsrS0lI04>). Nesse filme, claro que ressaltadas as devidas proporções, também por se tratar de uma obra de arte, há uma alegoria do processo educativo. Nesta alegoria, o maior elemento é o tempo, o tempo de maturação do processo de aprendizagem. Quero dizer com isso, que o tempo da atividade educativa é frontalmente oposto ao ritmo voraz de uma aprendizagem flexível.

Vale muito a pena lembrar desse filme, citado acima, porque há muitos *sentidos* e *discursos* presentes nos modelos de “inovação”, sobretudo, sobre a administração do tempo. A marca de convencimento trazida no bojo dessas tecnologias é a flexibilidade do tempo, cada estudante faz o seu tempo, como se fosse possível, dentro de uma agenda econômica neoliberal, para a maioria das pessoas gerir facilmente o seu tempo. A degradação das condições de trabalho, o empobrecimento contínuo da classe trabalhadora, sempre vai exigir mais horas de trabalho, mais empenho de tempo, portanto, essa possibilidade de gerir de modo flexível o tempo é mais um dos enganos desse terrível modelo de “inovação”.

Além desse aspecto, tenho de trazer aqui uma canção do grupo Secos e Molhados, chamada *Primavera nos dentes* (<https://www.youtube.com/watch?v=olbled8a3lY>), diz a letra:

Quem tem consciência para ter coragem  
Quem tem a força de saber que existe  
E no centro da própria engrenagem  
Inventa a contra-mola que resiste  
Quem não vacila mesmo derrotado  
Quem já perdido nunca desespera  
E envolto em tempestade decepado  
Entre os dentes segura a primavera

Trago aqui este poema porque o momento em que vivemos é tão estranho que parte do sistema de controle vai marchar de vez sobre o volume das despesas do Estado e, com isso, esse controle, que pode ser tanta coisa, inclusive um braço das agências econômicas, pode empurrar goela abaixo o modelo de educação à distância em vários níveis de ensino. Para isso poderá contar com os argumentos médicos e sanitários que poderão dar fundamento ao processo de evitar aglomeração. Neste sentido, quando eu ouço esta música tenho a impressão de que somente resistindo, bravamente, mesmo que já pareça perdida a luta, mas ainda assim lutar.

Como eu utilizei a alegoria do filme *Matrix*, o deserto do real, afirmo que a educação é sempre uma atividade polissêmica, cheia de enormes conflitos, que também é em certa medida colonialista, ainda é machista, tanto na forma quanto no conteúdo, mas mesmo assim, é a partir desta atividade que será possível organizar alguma contestação, inclusive dentro de sua própria prática educativa.

A pandemia oferece um argumento perfeito, no todo e em partes, para que se aceitem novas práticas, novas modalidades de ensino, introduzidas todas como “modernizantes”, “avançadas”, “inovadoras”. Neste sentido, aquilo mesmo que a pandemia nos coloca como *leitmotiv* para a prática educativa se debruçar, que é justamente nosso estilo de vida, individualista, predatório, consumista, será deixado de lado porque estaremos todos tentando

aprender a lidar com um sistema que terá, paradoxalmente, como finalidade o nosso fim, como entes do processo educativo.

Fica evidente, portanto o que eu argumento aqui: o papel de professor não pode ser confundido com o papel de instrutoria, porque defendo que a base da função de professor é seu teor de incerteza, de capacidade de lidar com o acaso, com o que não é programado. Assim, o desafio é lidar com o desconhecido, o tempo todo, mesmo que a sociedade em que vivemos insista em ter o controle de tudo, como mostra a pandemia, essa ideia não passa de uma miragem.

Mas como não posso deixar de dizer, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN - fez um seminário sobre este tema (<https://www.youtube.com/watch?v=UfdiJachVPs>). O que já significa que a própria representação de classe percebe, como pauta de lutas, que o avanço do ensino a distância veio para ficar. O vídeo a que me refiro aqui, no link acima, é de um evento em 2018, portanto, recente. Durante a minha jornada na UAB, da Universidade Federal do Tocantins, tenho visto como parte dos argumentos aqui colocados se dão numa situação de ensino à distância com as populações indígenas e quilombolas. No caso dos povos indígenas, não é somente as barreiras mais óbvias, que seriam o acesso aos meios tecnológicos ou a língua, o mais complexo dos problemas é que estas comunidades não podem compreender determinados conceitos, determinadas lógicas, sem um processo demorado de convivência, que apenas é minimamente possível a partir do encontro presencial.

Assim, noções que para os não indígenas seriam simples e comuns, como *método científico*, por exemplo, para estas populações são termos que nada dizem, sobretudo, porque não haveria um correspondente na língua materna. Por isso, a inserção destas populações nesses modelos de acesso ao ensino

universitário, como nos cursos da UAB, é uma prova de que os modelos tecnológicos se tomados como via de democratização, de ampliação do acesso podem aumentar, ainda mais, a marginalização e a indiferença já sentida e vivenciadas por essas populações, inclusive quando acessam os cursos presenciais nas instituições universitárias.

Também não posso deixar de ressaltar aqui o que eu vivencio com a inclusão de estudantes quilombolas nos cursos da UAB. Os quilombolas não possuem uma língua distinta da língua portuguesa, tal como as populações indígenas, porque o contato dessas populações, normalmente trazidas para o trabalho escravo em minas de ouro, não puderam guardar a sua língua. Assim, utilizam também a língua portuguesa, claro que dentro de um código próprio, marcado pela oralidade, pelas tipologias de sons e trejeitos de corpo que somente se pode compreender conhecendo os códigos culturais próprios de cada quilombo.

Todavia, assim como as populações indígenas, a população quilombola mora em zona rural, em vilas e assentamentos distantes de cidades e evidentemente sem estrutura de comunicação e pouco acesso a internet. Neste sentido, portanto, o desafio de incluir estas pessoas num modelo de ensino mediado por plataformas a partir das quais cada estudante precisa ingressar e uma vez “dentro” desses softwares, fazer os comandos previstos, dar as respostas previstas, é um desafio enorme. Mesmo que nestas populações, indígenas e quilombolas, as pessoas tenham aparelhos móveis com aplicativos, ninguém tem o suporte de rede para fazer frente a um curso.

Aqui é que se apresenta, de modo brutal, a contradição maior, que venho até tentando demonstrar: as tecnologias de/para ensino à distância não representam, necessariamente, modelos e

ferramentas de democratização para acessar à universidade. Com a marca da democratização, essas tecnologias vão, na verdade, suplantando um modelo, reitero, passível de críticas, que é a aula presencial, e se colocando como lógica fabril de fazer em larga escala produtos, tidos como educativos.

Ora, mas então a solução seria deixar estas comunidades fora dos processos de ensino universitário? Já que estas populações não teriam como acompanhar um curso *online*, o melhor seria não incluir? Pois bem, é aqui que desejo organizar meus argumentos finais. Diante de tamanha aceleração, que é produzida pelas tecnologias digitais, a universidade não vai permanecer tal como fora quando foi fundada L'Università di Bologna, considerada a primeira instituição universitária do mundo ocidental (<https://www.unibo.it/it/homepage>). Evidente que é preciso aprender a conviver com as ferramentas tecnológicas, fazer uso das mais variadas plataformas, todavia, o que vai fazer a universidade ser ainda mais importante na vida e na sociedade tecnológica, ou como diz Turcke, citado antes, sociedade excitada, é a capacidade de ponderação crítica.

Além disso, há um detalhe, que poderia muito bem ser considerado um tipo de inovação, em especial nas instituições públicas, a itinerância. A universidade poderia ser muito mais democrática se fosse cada vez mais popular, mais próxima das pessoas e comunidades que estão à margem dos “avanços” típicos desta nossa época e que, por razões de projeto político e econômico, esses tais “avanços” são alcançados apenas pelas classes mais ricas. Por isso temos, como em São Paulo, capital, pessoas vivendo em condições tão confortáveis, com todo o aparato tecnológico possível, inclusive para acudi-los em caso de doenças, e a maior parte das pessoas nesta mesma cidade vivem em condições tão degradantes, tão distante desse mundo *high tech*.

Uma universidade itinerante poderia fazer mais e melhor o que é proposto na UAB, por exemplo. Assim, programas de formação de professores, como o projeto Educação do Campo e Licenciatura Intercultural, dois programas de formação de professores, que alcança quilombolas e indígenas, entre outras minorias, poderiam ser feitos com a presença da universidade indo e vivenciando o dia a dia destas pessoas. Do mesmo modo, correlata a oferta de educação à distância, poderiam ser pensadas ofertas híbridas, e não apenas o uso puro e seco das ferramentas. Nesse caso, cada universidade, sobretudo as públicas, poderia atuar dentro do espaço/região de abrangência, ofertando educação e levando toda a estrutura da instituição, mesmo que via *online*, para os bairros mais pobres, os assentamentos de reforma agrária, as vilas de pescadores, aldeias indígenas e quilombos.

Consequentemente, a figura do professor, que no modelo de ensino à distância será, inevitavelmente, atingido, seria ainda mais valorizado. Desse modo, numa convergência de modelos, poderiam ser ampliadas as aulas presenciais com o uso de ferramentas digitais, aproximando-se mais das classes menos assistidas da sociedade. Os encontros presenciais podem ser tanto no “Campus” físico da universidade, como nos terreiros de candomblé, no pátio da aldeia, na casa de farinha ou na sede da associação. Assim, com a *expertise*, a transdisciplinaridade, a trajetória da universidade essas pessoas, populações ou comunidades poderiam ir se apropriando do saber universitário, ir criando mecanismos de uso e entendimento das ferramentas de mediação tecnológicas, e o mais importante, reforçando a participação democrática nos currículos universitários.

Essas possibilidades são tão mobilizadoras, tão apaixonantes, que a minha vivência com os estudantes quilombolas e indígenas com os quais trabalho na UAB, da UFT, tem tanto me provocado.

Por um lado, logo percebi que o modelo dado pela metodologia da educação à distância não funcionaria, como eu já disse, mas por outro lado, a ideia de fazer um modelo de aula, debaixo de um pé de Pequi (*Caryocar brasiliense*), passar o dia conversando, tomando banho de rio, debatendo os textos da ementa da disciplina, ir ao jantar e ouvir os velhos, no outro dia continuar uma aula que é mais uma conversa longa que um tipo de ensino, me ensinou que a universidade ganharia ainda mais relevância quanto mais saísse dos seus muros.

O encastelamento da universidade, o espaço rígido da sala de aula, o peso do “Campus” como lugar do exercício em si da educação universitária, também é motivo para o enorme avanço das tecnologias digitais sobre o *modus operandi* da aula presencial. A aula presencial é um deleite para quem não tem fome, não tem que se preocupar com o estômago vazio. Mas a experiência da aula presencial não é ruim, apenas precisa ser feita também fora da sala de aula e fora do “Campus”. Evidentemente que essa possibilidade de uma universidade itinerante não se daria em todas as áreas, mas certamente nas áreas de formação de professores seriam possíveis muitas ações, e dentro do escopo das humanidades seriam ainda mais prováveis.

Não estou falando que seria fácil organizar um curso/disciplina nestes moldes, mas seria uma enorme oportunidade de a universidade chegar mais perto de quem realmente precisa compreender o mundo que nos rodeia. Muitos alardeiam que as tecnologias, como plataformas de vídeos, são repositórios incríveis, que podemos, hoje, acessar conteúdos dos mais longínquos lugares. Sim, a internet realmente é uma janela aberta para uma espécie de infinito, todavia, mesmo nessa grande “biblioteca” de vídeos, como o *Youtube*, é preciso que a navegação seja feita com orientação, itinerário, método, objetivos,

ponderação crítica, senão o estudante será seduzido a consumir o que for mais palatável. Isto é, os conteúdos de vídeo que apenas o entretêm, sem que com isso, este estudante consiga aprender algo que o ajude a traduzir melhor o mundo ao seu redor.

Um dos maiores desafios da universidade nesses tempos tão estranhos, como este que vivemos agora, é vencer as distâncias. Mas para uma aproximação ser efetiva, democrática, humana, não deveria apenas ser feita por mediação das tecnologias de informação e comunicação. Como eu já afirmei antes, é maravilhoso poder dialogar com uma pessoa que está na China, na Índia, na França, sem sair de casa, apenas por um clique. Sim, mas a formação crítica, a formação estética, o aprendizado pelo convívio, também se dá pelo encontro presencial, e, talvez, somente seja possível sentir/compreender o *outro*, podendo usar os sentidos humanos, ver, ouvir, tocar, cheirar.

Assim, termino este pequeno ensaio, enfatizando que a situação de resistência é possível, mesmo que sempre nos pareça impossível. Para finalizar trago aqui uma cena memorável do filme de Alan Parker, para a música *Another Brick in the Wall* (<https://www.youtube.com/watch?v=EexOfWCE6AU>) em que as crianças se revoltam e destroem a escola.

## Referências

ALVES, L. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** 2011. Texto publicado em: [http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista\\_PDF\\_Doc/2011/Artigo\\_07.pdf](http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf). Acesso em: 02 mar. 2020.

BAUMAN, Z. **Sociedade individualizada.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1987

DUPAS, G. **O mito do progresso.** São Paulo: Editora da Unesp, 2006. MAIA, M. Z. B. RAZÕES PARA UM DESCREDENCIAMENTO EM EAD: O CASO UNITINS. 2009. Texto publicado em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/35856/Raz%C3%B5es%20para%20um%20descredenciamento%20em%20EAD%20O%20caso%20UNITINS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03/05/2020.

TURCKE, C. **Sociedade excitada.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

NUER - Núcleo de Estudos de Identidades  
e Relações Interétnicas

nº 20/2020

